

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS ■ SEMUSA

PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

CONTRATO N° 062/2019-FMS

Pregão Presencial FMS n° 167/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA**

**FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACAÉ E A  
EMPRESA NUTRIMED - SERVIÇOS MÉDICOS EM  
NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL LTDA, NA  
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL,** que entre si celebram, o  
**MUNICÍPIO DE MACAÉ,** inscrito no CNPJ sob o n° 29.115.474/0001-60, por intermédio da Secretaria  
Municipal de Saúde, estabelecida à Rua Darcílio Possati, n° 134, Visconde de Araújo, Macaé/RJ, neste  
ato representada pelo Secretário Municipal Adjunto de Alta e Média Complexidade, Sr. **LEANDRO DE  
MATOS SOARES,** brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade n° 865.768, IFP/RJ, e no  
CPF n° 323.446.947-49, devidamente nomeado pela Portaria n° 018/2017, combinado com o art. 3o, III e

parágrafo 4o, da Lei Complementar Municipal



187/2011, doravante designada simplesmente

CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **NUTRIMED SERVIÇOS MÉDICOS EM NUTRIÇÃO  
PARENTERAL E ENTERAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 01.226.416/0001-95, com sede na  
Travessa Alberto Ferreira, n° 30 - Pq. Tamandaré, Campos dos Goytacazes / RJ CEP: 28030-100, neste  
ato representada por seus sócios administradores em conjunto, **HERBERT SIDNEY NEVES,** brasileiro,  
médico, casado, portador da cédula de Identidade n° 2.243.867 IFP/RJ e CPF n° 266.411.787-49,  
residente e domiciliado na Rua Marques de Herval, n° 61, apto. 1.801, Parque Tamandará, Campos dos  
Goytacazes/RJ, e o Sr. **EVANDRO HENRIQUE RIBEIRO JUNIOR,** brasileiro, casado, empresário,  
portador da cédula de Identidade n° 09.951.517-3 SSP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 039.502.567-25,  
conforme autorizado no Processo Administrativo n.° 402.746/2019, na forma da Nota de Empenho

constante dos autos, regendo-se o presente instrumento pelas normas da Lei Federal n 8.666/93

CD

I—  
o

ZJ  
o

10.520/02 e suas alterações posteriores, bem como pelas normas municipais de Macaé de Administração  
pública.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL DO TIPO MANIPULADA (ELABORAÇÃO,  
MANIPULAÇÃO E PREPARAÇÃO) PROMOVENDO TODOS OS MEIOS E RECURSOS MATERIAIS  
E/OU PROFISSIONAIS, VISANDO ATENDER AS PRESCRIÇÕES MÉDICAS/NUTRICIONAIS EM DIETA  
DE PACIENTES NEONATAL E PEDIÁTRICO INTERNADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES**

**(Hospital Público Municipal - HPM, Hospital Público Municipal Irmãs do Horto - HPM IH, Hospital  
Público Municipal da Serra - HPMS), VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE  
ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE - SEMUSA,** conforme especificado no termo de referência em anexo,

que faz parte integrante e complementar do Processo Administrativo n° 402746/2,01

CD

1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS • SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O MUNICÍPIO DE MACAÉ, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde - FMS, efetuará o  
   pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento do material efetivamente entregue, no valor de R$  
   **379.031,04** (Trezentos e setenta e nove mil, trinta e um reais e quatro centavos), e nele deverão estar  
   incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o  
   MUNICÍPIO DE MACAÉ.
2. O valor global não implica na obrigatoriedade do MUNIClPIO DE MACAÉ solicitar os materiais até  
   o referido valor.
3. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de  
   Empenho correspondente.
4. A Contratada declara que os preços propostos para fornecimento dos materiais em questão  
   levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e  
   demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não  
   cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.
5. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNIClPIO DE MACAÉ, por intermédio do Fundo Municipal  
   de Saúde - FMS, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrónica Disponível) de  
   acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNIClPIO e prepostos habilitado da  
   contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.
6. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de  
   taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento  
   da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido  
   sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30°  
   (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.
7. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas  
   pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
8. Nenhum faturamento da Contratada será processado sem que tenha sido previamente emitido o  
   respectivo Boletim de Medição.
9. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do  
   período a que se refere o fornecimento dos materiais, as seguintes informações:
10. O número do instrumento contratual;
11. O número do boletim de medição;
12. O nome e código do banco;
13. Agência e número da conta corrente da contratada.
14. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal  
    responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.11. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:









ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA

PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente ao fornecimento do mês anterior (valor do material),  
   ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;
2. Certidão Negativa de Débitos (CND) junto a Seguridade Social - INSS, sendo admitida mediante  
   apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa na forma exigida pela Constituição  
   Federal em seu artigo 195 § 3o;
3. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
4. Certidão de regularidade do ICMS;
5. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias  
   correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
6. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará

CONTRATADA a suspender o fornecimento ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus  
empregados.

1. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.
2. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que  
   regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.
3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem  
   implicará aceitação definitiva dos materiais.
4. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento  
   vinculada ao fornecimento, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:
5. Imperfeição dos materiais fornecidos;
6. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do fornecimento, por parte do  
   MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;
7. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste  
   contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da  
   fatura referida no *caput;*
8. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
9. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do  
   presente contrato.
10. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo  
    estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários  
   consignados ao **MUNICÍPIO DE MACAÉ/FMS,** programa de trabalho 10.302.0007.2.019000, elemento de  
   despesa 339030.00.00 nota de empenho 001519/2019, emitida em 23/10/201vigente para o exercício  
   de 2019. /(/ /x

3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019  
FLS.: ASS.

1. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção  
   deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas  
   consignadas em dotação apropriada, em observância ao principio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1.0 presente contrato terá vigência de 12 (doze) *meses a* contar de 01/11/2019.

1. A contratada iniciará o fornecimento dos materiais a partir da data fixada na "Ordem de Início de  
   Fornecimento", emitida pelo Setor de Contratos/Convênios do Município ou pela secretaria  
   responsável pelo contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços ofertados pela licitante serão **fixos e irreajustáveis.**

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
2. executar o fornecimento conforme formulários, orientações, rotinas e prazos estabelecidos pelo  
   MUNICÍPIO, os quais serão disponibilizados para a empresa após a assinatura do pertinente instrumento  
   de contrato;
3. arcar com os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato, correspondentes

CD

deslocamentos, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras despesas vinculadas ao objeto

contratado;

1. não aceitar demanda na qual esteja faltando documentação mínima necessária para a realização  
   do fornecimento ou em que esteja impedida de atuar;
2. responder, na qualidade de fiel depositária, por toda a documentação que lhe for entregue pelo  
   MUNICÍPIO, até devolução, sob protocolo;
3. não recusar, salvo por motivo justificado, o fornecimento dos materiais que lhe forem solicitados;
4. substituir, gratuitamente, e no prazo fixado pelo MUNICÍPIO, os materiais que apresentem  
   incorreção e imperfeição, sem prejuízo das multas contratuais;
5. esclarecer prontamente ao MUNICÍPIO as questões relativas ao fornecimento, quando solicitada;
6. responder perante ao MUNICÍPIO por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em  
   decorrência dos fornecimentos contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que  
   envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao MUNICÍPIO o exercício do direito de regresso,  
   eximindo-o de qualquer solidariedade, subsidiariedade ou responsabilidade de qualquer natureza;

6 1.9. facilitar e permitir ao MUNICÍPIO, a qualquer momento, a realização de auditoria dos produtos em  
sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade á CONTRATADA;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

1. não utilizar o nome do MUNICÍPIO em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como,  
   por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
2. não se pronunciar em nome do MUNICÍPIO a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer  
   assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;
3. não utilizar nem reproduzir, fora da aquisição em questão, atos normativos, documentos e  
   materiais encaminhados ou divulgados pelo MUNICÍPIO;
4. comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na  
   composição societária da empresa ou em seu quadro técnico;
5. comunicar com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem  
   como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, *e-maiiy,*
6. guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou  
   documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar  
   conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando,  
   portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta  
   utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

6.1.16. todas as despesas relativas

Contrato;

pessoal e quaisquer outras incidentes sobre o objeto deste

1. a CONTRATADA responderá, ainda, pela observância das Leis, Posturas e Regulamentos;
2. a CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as  
   obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação, na forma estabelecida.
3. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, civil,  
   previdenciárias, fazendárias, trabalhistas e seguros, bem como por todas as despesas decorrentes do  
   fornecimento dos materiais ora contratados, respondendo por si e por seus sucessores.
4. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única  
   responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias  
   delas.
5. O MUNICÍPIO não é responsável por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação  
   tributária, trabalhistas, previdenciária ou securitária, decorrente da execução ora contratada, cujo  
   cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à Contratada.
6. Apresentar ao MUNICÍPIO, junto com a(s) nota(s) fiscal(is) o documento elencado no item 2.11,  
   sob pena, de retenção total ou parcialmente do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is).
7. Assumir total responsabilidade pelo fornecimento de materiais que apresentarem não-  
   conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos  
   e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do MUNICÍPIO, arcando com as respectivas  
   indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao MUNICÍPIO o  
   valor do prejuízo acarretado. , (/

5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA

PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

1. Cumprir o fornecimento, objeto deste contrato, dentro da melhor técnica, e qualidade, bem como,  
   repor, por sua conta e responsabilidade, aqueles considerados inadequados ou imperfeitos, ou que  
   estiverem em descordo com o ora pactuado, ficando a critério do MUNICÍPIO aprovar ou rejeitar os  
   materiais fornecidos.
2. Atender o fornecimento ora contratado sem qualquer vínculo, seja de ordem trabalhista, tributária,  
   previdenciária ou social com o MUNICÍPIO.
3. Requerer a exclusão do MUNICÍPIO de lide que venha a ser movida por qualquer motivo  
   relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de  
   ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de  
   rescisão contratual.
4. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações  
   contratuais e mantê-las atualizadas.
5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da  
   Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. São obrigações do MUNICÍPIO:
2. Fornecer as especificações, instruções e localizações que se fizerem necessárias para o  
   cumprimento do fornecimento contratado;
3. notificara CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;
4. fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA,  
   encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do fornecimento correspondente;
5. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
6. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização quanto ao fornecimento, mediante  
   representantes especialmente designado, com as atribuições do Art. 67 parágrafos 1° e 2° da Lei n°  
   8.666/93, sem prejuízo de a Contratada fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados. A  
   fiscalização a ser designado terá as seguintes responsabilidades:
7. Registrar ocorrências relevantes.
8. Determinar medidas necessárias ao fiel cumprimento.
9. Atestar faturas, se conforme, para efeito de pagamento.
10. Elaborar relatórios de não-conformidade.
11. Fiscalizar as condições de cumprimento das normas regulamentares, sob responsabilidade da  
    Contratada.
12. Notificar, por escrito, à Contratada de eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento  
    de suas obrigações, fixando prazos para sua correção.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019  
FLS.: ass.

1. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar o fornecimento ora contratado, na sua totalidade ou  
   parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.
2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados,  
   nos prazos previstos neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO

1. Os materiais serão vistoriados pelo MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato, diretamente ou  
   por quem esta vier a indicar.
2. Por interesse do MUNICÍPIO e a qualquer tempo, a empresa poderá ser reavaliada quanto à  
   habilitação.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a prévia e ampla defesa,

LU

CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais  
cabíveis:

1. advertência;
2. multa;
3. Multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da obrigação, comprovado e atestado que  
   não foram fornecidos os produtos adjudicados, entregues com atraso, ou insatisfatoriamente,  
   causando atraso no andamento das atividades do MUNICÍPIO, até o limite de 20%(vinte por  
   cento) quando não comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento  
   da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido.
4. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor estabelecido no item 2.1 deste Contrato, pela  
   paralisação total ou parcial do fornecimento e/ou prestação dos materiais, sem justa causa e  
   prévia comunicação à Administração.
5. Na hipótese mencionada no item anterior, a paralisação injustificada por período superior a 03  
   (três) dias consecutivos caracterizará o descumprimento total da obrigação, bem como a  
   inexecução total do contrato, punível com a imediata rescisão contratual.
6. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor estabelecido no item 2.1 deste Contrato, pelo  
   atraso no cumprimento de exigência contratual ou solicitação da fiscalização.
7. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas será limitado a 20% (vinte por  
   cento) do equivalente ao valor total global deste contrato.
8. Suspensão temporária, por um prazo não superior a 02 (dois) anos, de participar em procedimento  
   licitatório e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS ■ SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de  
   entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução  
   de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo  
   inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município e, será  
   descredenciado do sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem  
   prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
2. As sanções previstas nos subitens 10.1.2.1 a 10.1.2.5 poderão cumular-se e não excluem a  
   possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida defesa prévia.
3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto  
   perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a  
   própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a  
   Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no  
   subitem anterior.
4. A **Contratada** poderá defender-se da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo  
   legal de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação, que será recebida no  
   efeito devolutivo, caso em que o MUNIClPIO comunicará, posteriormente, a manutenção ou relevação  
   total e/ou parcial da multa.
5. O valor das multas será descontado dos pagamentos a serem efetuadas à Contratada, dos saldos  
   remanescentes, ou sobre qualquer crédito que a contratada possua, podendo, conforme os casos serem  
   inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.
6. Sempre que não houver prejuízo para o MUNICÍPIO, as penalidades impostas poderão ser  
   relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.
7. A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força  
   maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das  
   obrigações estabelecidas neste contrato.
8. As penalidades previstas no Edital, na legislação de regência e no contrato serão apuradas

CD

aplicadas pelo Ordenador de Despesas e/ou Comissão de Fiscalização, conforme o caso, levando em

consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para

Q.)

Administração Pública e os antecedentes do infrator, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem  
prejuízo de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

1. Constituem motivo para rescisão do presente contrato, independentemente de notificação ou  
   interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei n° 8.666/93, o  
   descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou  
   ocorrência de qualquer situação prevista no art. 78 e nas formas do art. 79, do Estatuto das Licitações  
   Públicas.
2. No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos gue lhe tenham sido  
   solicitados. /



OO





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

1. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da  
   rescisão, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite  
   suficiente à compensação dos mesmos.
2. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a CONTRATADA somente terá direito à  
   remuneração pelos materiais fornecidos.
3. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, a seu exclusivo  
   critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA  
   cumpra integralmente a condição contratual infringida.
4. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de rescisão  
   administrativa, prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, com cópia à  
   Coordenadoria Especial de Compras, Contratos e Atas de Registro de Preços, no prazo máximo de 10  
   (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de  
   prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade  
   para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em  
   dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção  
   monetária, em favor do Município de Macaé;
3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do  
   Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações  
   a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais,  
   previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos,  
   salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias;
4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de  
   multas, desde que não tenha havido rescisão;
5. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;
6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações,  
   Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

CD

1. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90  
   (noventa) dias;
2. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;
3. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item

acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de  
atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento); Zl

9



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS - SEMUSA

PROC. N° 402746/2019  
**FLS.: ASS.**

1. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar  
   rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista nos subitens anteriores.
2. A apresentação da garantia não isentam as partes de suas obrigações e responsabilidades  
   atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no Processo Administrativo n°  
   402.746/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em  
   decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social,  
   encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas  
   que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO,  
   devidamente expressas neste contrato.
2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de  
   tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto deste instrumento, o  
   MUNICÍPIO DE MACAÉ procederá conforme a seguir:
3. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante  
   comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;
4. Na hipótese da **Contratada,** vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o **MUNICÍPIO**procederá à revisão do custo indicado na data-base;
5. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que  
   comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.
6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender conveniente, a

exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos  
indiretamente, por conta deste instrumento.

CD

demais encargos devidos direta ou

1. Quando por disposição legal,

MUNICÍPIO for

responsável pelo recolhimento de tributos

O

o

decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada,** vier a responder por  
acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das  
condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão  
descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente  
após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

1. A **Contratada,** no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as  
   condições pertinentes contidas no artigo 29 inciso IV, da Lei n° 8.666/93, devendo imediatamente  
   comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem  
   como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO

1. Ficam fazendo parte deste instrumento contratual, como se nele estivessem inseridos, o Processo

Administrativo n° 402.746/2019, seus anexos e demais documentos que o instruem.

IO







ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS • SEMUSA

PROC. N° 402746/2019  
FLS.: ASS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante  
   Termo Aditivo e em conformidade com o Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que sejam julgadas convenientes.
2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de  
   qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não  
   constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela **Contratada**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

1. Tal como prescrito na Lei, o MUNICÍPIO e a **Contratada** não serão responsabilizadas por fatos  
   comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se  
   buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

1. A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável  
   para sua eficácia, será providenciada pelo Município, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n°  
   8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A administração do MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas  
   a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

18.1.1. Para os casos previstos no caput,

**O**

MUNICÍPIO poderá atribuir a uma comissão, por este

designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem  
naqueles motivos.

1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou  
   omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNIClPIO no exercício de atividades especificas do  
   cumprimento deste contrato, inclusive nas analises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições  
   Gerais”.
2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional,  
   senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO,  
   cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra  
   contratual.
3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente  
   contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em  
   seu endereço ou telefone.
4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das clausulas  
   ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.
5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente  
   fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.
6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o

disposto no contrato. /

II



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE CONTRATOS • SEMUSA  
PROC. N° 402746/2019

FLS.: ASS.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N° 12.846/13 E DECRETO**

MUNICIPAL N° 207/15

1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer

dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta  
própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens  
financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de  
corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não  
relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé,  
   Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de  
igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

11

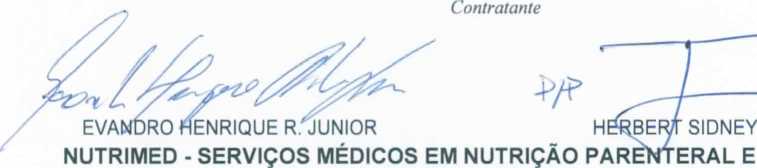


Macaé, 01 de novembro de 2019.



LEANDRO DE MATOS SOARES

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE



*Contratada*



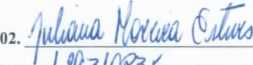
NEVES

ENTERAL LTDA

**TESTEMUNHAS:**

RG n° *21 bfM* e CPF n° *AlAj 0°)*





RG n° J «Zi J 3> e CPF n°



12

i. $





r-



13.° OFÍCIO

**TABELIÃO E OFICIAL - STÊNIO CAVALCANTI DE OLIVEIRA FILHO  
SUBSTITUTA - JANIA DE OLIVEIRA SOARES CAVALCANTI**

Av. Dr. Alberto Torres, 281, Centro, Campos dosGoytacazes-RJ - tel.: 2722-3700  
camposcartorio [13oficio@yahoo.com.br](mailto:13oficio@yahoo.com.br)











**TRASLADO DO LIVRO 175  
ATO N: Oò >**

Fls. -



Procuração bastante que faz HERBERT SIDNEY NEVES, na forma  
abaixo:

SAIBAM quantos, este público instrumento de procuração bastante  
virem, que aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2019(dois mil e  
dezenove), no HOSPITAL DR. BEDA, nesta cidade, onde à chamado fui,

tendo como outorgante,  
médico, portador do RG  
do CPF/MF n° 266.411.

HERBERT SIDNEY NEVES, brasileiro, casado,

□

ü 2.243.867, expedida pelo IFP/RJ em 26/06/1967  
-49, residente e domiciliado na Rua Marquês

rs

Herval, 67, apto 1801, Parque Tamandaré, nesta cidade, na qualidade de  
sócio da empresa, NUTRIMED SERVIÇOS MÉDICOS EM NUTRIÇÃO  
PARENTERAL E ENTERAL LTDA - EPP, sociedade empresária limitada,  
inscrita no CNPJ sob o n.° 01.226.416/0001-95, com sede na Travessa  
Alberto Ferreira, 30, Parque Tamandaré, nesta cidade. E pelo outorgante, foi  
dito, do que dou fé, que por este público instrumento de procuração nomeia e  
constitui seu bastante procurador, INÁCIO GOMES NOGUEIRA,  
brasileiro, casado, economista, portador da CNH n° 00491470251, expedida  
pelo DETRAN/RJ em 13/09/2018 e do CPF/MF n° 007.109.217-05, residente  
e domiciliado na Rua Álvaro Tâmega, 168, apto 1001, Parque Tamandaré,  
nesta cidade. As partes foram identificadas e qualificadas por mim,  
escrevente substituta, LUCIANA DE SOUZA MACIEL, pelos documentos  
que foram apresentados e ficam arquivados nessa serventia, pelos quais  
reconheço a identidade e capacidade para este ato, bem como de que no prazo  
legal, farei enviar nota desta ao Cartório Distribuidor Único Local, do que  
dou fé. O outorgante confere amplos e gerais poderes para representá-lo  
perante repartições públicas em geral, com o fim especial de assinar todos os  
documentos necessários para participar de Processos Licitatórios, estando  
autorizado a manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor  
recursos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e  
retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, passar recibos e dar  
quitação, e todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel  
desempenho do presente mandato.. Certifico e dou fé, que as custas devidas  
foram recolhidas da seguinte forma: pelo ato R$ 52,48; pelo arquivamento  
R$ 10,74; pelas guias R$ 24,92; 5®ó da Lei 6370-12 total de emolumentos  
132,21, 2% da lei 6370-12 R$ l,04®0% da lei 3217-99 R$ 26,44; 5% da Lei  
4664-2005 R$ 6,61; 5% da LeUjd^RS 6,61, 4% da lei 6281-2012 R$  
CARTÓRIO DO 13°  
oiíaoDEUMros  
DOSCOATACAZES









AAA 6802473

**\*5 CAR1ÓRI0 0012° OFÍCIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES ciwa frn»in Crrti - fesjsmwpH. ^.tr090092**

**A». Mbf rto Tinn. 308 - Centro Cw ta toyRwíM / m ~ CÍP: 28035.581 -Mi 122) 2738 1189 - wrt8ri6l2flficl8wmp«fj@liíinwlLc«n**

Conferxdo por

CAMPOS 24/10/2019





CERTIFICO QUE A PRESENTE COPIA E A REPRODUÇÃO FIELV  
DO DOCUMENTO QUE ME TOI APRESENTADO COMO ORIGINAL \*\*\*•  
EMOLUM. ! Ç YTOTAL ATO t 8 13





Verdade

EDFH 28695 XXX AMANDA FERNANDES CAETANO ALVES-ESCREVENTE



13.° OFÍCIO

TABELIÃO E OFICIAL - STÊNIO CAVALCANTI DE OLIVEIRA FILHO  
SUBSTITUTA - JANIA DE OLIVEIRA SOARES CAVALCANTI

Av. Dr. Albetlo Tones, 281, Centro, Campos dosGoytacazes-RJ - tel.: 2722-3700

camposuartorio! [3oficio@yahoo.com.br](mailto:3oficio@yahoo.com.br) /oóluí'

**TRASLADO DO LIVRO 175  
ATO N:**



5„20; ISS R$ 6,61, distribuição R$ 29,06, totalizando RS 213,87. Eu Luciana  
de Souza Maciel, escrevente, lavrei o presente ato. E eu Stênio Cavalcanti de  
Oliveira Filho, notário, dou o presente visto, (a) HERBERT SIDNEY  
NEVES - pela‘ outorgante; (a) LUCIANA. DE SOUZA MACIEL -  
escrevente; (a) STÊNIO CAVALCANTI DE OLIVEIRA FILHO- tabelião.

TRASLADADA HOJE. Eu, escrevente, o fiz digitar e assino em público e

raso.

Em testemunho

A

X

*J* I; da verdade.

Luciana de Souz



ciei - Substituta

Matrícula 94/14370

DO DOCUMENTO QUE  
EMOLUM 5

«tertl hrrn 303 - tnttn - CMpn ta *InMaKl* RI - CEP. 28035 531 - »l. 122) 271H1Í9 - wM12incwM|«q@taMltCMi

E









EDFH



Poder Jwteiário - TJERJ  
Corregedorit Geril de Jusiífa  
Selo de Fiscefízayáo Eletrônico

EDDZ 20099 CCD  
Consulte a Validade do Selo em:  
httpd:/'www3.tirj.ius.br/sitepublico

**FlCIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES Gtaa cwa fM.Cxrti- tansw pM foedw™0\***



Conferido por \ t.uft

CAMPOS 24/10/2019

CERTIFICO QUE A PRESENTE COPIA E A REPRODUÇÃO FIEL

FOI APRESENTADO COMO ORIGINAL. \*\*•\*

fUNDOS :

V«rd«d«

Em T««tm.



28696 ZAB AMANDA FERNANDES CAETANO ALVES-ESCREVENTE

Con»ult« «n http»://www3 tjxj.ju».bx/»it»publico







CARTÓRIO DO 13°  
OFÍaODECAMPOS

DOS GOYTACAZES

(2HH

fM TOOdO TFH^ITORIO NACfONAI SIM FMFNDASt/QU RASURA<J

